

PORTO & MAR

Reparos do Cap San Antonio vão levar três semanas

Navio permanece atracado no Cais da Marinha, no Porto de Santos

PALAVRA DO EDITOR

A atracação do Cap San Antonio no Cais da Marinha não será aproveitada apenas para sua reforma. Durante a estadia no local, será possível inspecionar o navio para se descobrir o que causou sua colisão no Porto.

DA REDAÇÃO

O Cap San Antonio, que destruiu um dos atracadouros de balsas da travessia

Santos Guarujá no último dia 20, deverá ficar, pelo menos, três semanas no Porto de Santos. O tempo será necessário para os reparos na embarcação, que sofreu danos no casco e em tanques de lastro.

O porta-contêineres atracou no cais da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), entre os armazéns 27 e 29 do complexo santista, no Macuco, na última sexta-feira. Isto aconteceu após a descarga de 900

contêineres na Brasil Terminal Portuário (BTP).

Agora, segundo sua armadora, a Hamburg Süd, que faz parte do Grupo Maersk, todos os contêineres seguirão para os destinos a bordo do navio San Clemente-embarcação atracou na BTP no fim de semana.

“Estamos coordenando os reparos para que o navio retome sua passagem marítima para Paranaguá. A empresa também está em frequente comunicação com



MATHEUS TAGÉ

Conteineres atracou no Cais da Marinha na última sexta-feira, após descarregar suas cargas na BTP

as autoridades encarregadas da investigação e segue à disposição para mais esclarecimentos”, destacou a Hamburg Süd, em nota.

Conforme apurou a reportagem, os reparos ainda não foram iniciados. Mas

isto deve acontecer nos próximos dias.

No acidente, o navio teve tanques de lastro avariados, com água saindo do casco, próximo à linha d'água. Esses tanques armazenam a água de lastro,

que é distribuída por todo o navio para manter o equilíbrio da embarcação. Cada área do cargueiro recebe mais ou menos água, de acordo com a distribuição do peso das cargas a bordo.

Usuários de balsas podem recorrer à Justiça

Os danos materiais e morais causados a usuários da travessia entre Santos e Guarujá, após o acidente com o porta-contêineres Cap San Antonio, poderão ser cobrados na Justiça. O alerta é do advogado Thiago Miller, que aponta a possibilidade dos prejudicados entrarem com ações coletivas.

No último dia 20, o cargueiro deixava o Porto de Santos rumo a Paranaguá (PR), quando colidiu com o atracadouro e uma embarcação que faz a travessia entre as duas cidades. Não houve feridos, mas houve danos à estrutura e à balsa.

O Cap San Antonio fará reparos no cais da Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP). E a Autoridade Ma-

rítima apura as causas e responsabilidades do acidente.

Como resultado do acidente, desde a semana passada, a recomendação é que, se possível, os horários de pico sejam evitados por ciclistas, motoristas e motociclistas, pois o serviço está operando com 50% da capacidade. Segundo o Departamento Hidroviário, órgão estadual responsável pelas balsas, o espaço está sendo compartilhado por veículos e pessoas com bicicletas, o que causa transtornos. E há filas e atrasos.

“Há dano material, das pessoas que estão perdendo dinheiro com esses atrasos, e o dano moral, que são as pessoas que estão tendo que sacrificar sua vida para

poder fazer as mesmas obrigações, saindo mais cedo de casa, chegando atrasado no trabalho. É muito claro que esse acidente causou um dano muito além do que no serviço de travessias, que teve dano claríssimo, indiscutível. Mas os usuários também têm esse dano”, explicou Miller.

Segundo o advogado da Advocacia Ruy de Mello Miller, os usuários podem buscar a Justiça para serem ressarcidos. As ações coletivas são regidas pelo Código de Defesa do Consumidor.

“Na nossa avaliação, os grandes prejudicados, neste caso, são os ciclistas. Toda essa comunidade que utiliza o sistema de balsas está sendo afetada pelo acidente”.

CICLISTAS

Para o presidente da Associação Brasileira dos Ciclistas, Jessé Teixeira, acidentes como o que aconteceu no Porto acendem um sinal de alerta para que sejam feitos investimentos na segurança das pessoas que utilizam a travessia de balsas, principalmente os que trafegam em duas rodas.

“É muito válida ação coletiva. Tudo que vier para a empresa não sair impune e para que outras dessas não aconteçam é importante, principalmente, para o ciclista, em sua maioria trabalhador e que merece uma condição melhor, com iluminação e banheiro, pelo menos”, afirmou.